

José Oscar Beozzo (Org.)

O VATICANO II E A IGREJA LATINO-AMERICANA



ep

UM “ESPÍRITO” TRISTE E NEGATIVO

Enrique Dussel

Ao final do Concílio Vaticano II o latim, língua incompreensível para a grande maioria do povo cristão, depois de mais de 1.000 anos de vigência, deu lugar à língua vernácula de cada cultura, sendo compreensível e falada pelo “povo de Deus”. A Igreja, que condenava o mundo à defensiva, o acolheu generosa e com otimismo. Uma convicção esperançosa atravessou a Igreja conduzida por João XXIII. A divisão entre os cristãos, depois de cinco séculos, recebeu no ecumenismo um profundo e respeitoso desejo de unidade. O papa daquele tempo comoveu toda a humanidade, aos “homens de boa vontade” do mundo com um espírito humilde e de simpatia. *A Populorum Progressio*, de Paulo VI, abriu as portas a novos compromissos sociais. A liberdade de consciência sepultou o *Syllabus* pleno de condenações. A eclesiologia do “povo de Deus” e da “coligialidade” episcopal abriu passagem à comunidade fraterna sobre o frio juridicismo do direito. A África e a Ásia foram recebidas com suas culturas diferentes. Na América Latina a Conferência de Medellín (1968) alcançou insuspeitada ressonância, tendo consciência de inaugurar uma nova e positiva etapa da história da Igreja. Nem Trento, em seu tempo, logrou um efeito evangelizador tão profundo como o Concílio terminado em 1965.

Por isso soa escandaloso e desorientador para o povo cristão dizer que “é incontestável indicar que os últimos 20 anos foram decididamente desfavoráveis para a Igreja Católica. Os resultados conseqüentes do Concílio são cruelmente opostos às esperanças de todos, a começar pelo próprio papa João XXIII e Paulo VI. Os cristãos são,

novamente, uma minoria (1), ainda menor do que o foram na antigüidade” (R.F.: p. 27).

Os únicos sinais de renovação desses anos são alguns movimentos da exclusiva pequena burguesia dos países ricos ocidentais: cursilhos, *focolari*, catecumenato, *comunione e liberazione*... E esqueceu o cardeal de citar a Opus Dei. Nem uma palavra sobre as centenas de milhares de comunidades eclesiais de base.

Ele aconselha os bispos a manterem-se na “responsabilidade *individual*” ante a conferência episcopal que “pode cair no anonimato”, ou na “democracia apenas na aparência” (R.F.: p. 61), e que “a verdade” não resulta das “votações”, maiorias que são arrastadas pela “lei do grupo” (R.F.: p. 67). Foi a isso que se reduziu a “colegialidade”, um fruto fundamental do Concílio? É este o “espírito” triste, defensivo condenatório, desconfiado e negativo ante as obras evidentes à vista de todos da renovação do espírito nestes 20 anos, que se pretende impor no próximo Sínodo Romano de novembro? Será a celebração do Grande Concílio do século XX o começo da “Restauração” a partir de uma concepção minoritária e elitista que deseja impor sua própria interpretação, exclusiva e estreita, como a “verdadeira” interpretação do “verdadeiro” Concílio?